

O Futuro da Economia Portuguesa

Preparar a retoma pós COVID-19

Promovido por:

Cofinanciado por:









FICHA TÉCNICA

Projeto

Link PME POCI-02-0853-FEDER-036026

Visa promover a Cooperação entre PME e destas com os stakeholders, através de um <u>dashboard</u> interativo e de uma <u>plataforma digital colaborativa</u>, pesquisáveis por setor e região NUTS III nos fatores críticos de competitividade: digitalização, inovação e investimento.

Entidade beneficiária

AEP – Associação Empresarial de Portugal

Coordenação e gestão do projeto

Paula Silvestre Raquel Araújo

Autoria

Deloitte Business Consulting S.A.

Data

Julho de 2020

PROJETO AEP LINK

O projeto **AEP Link** visa ajudar as empresas portuguesas a crescer, através do desenvolvimento de **práticas de cooperação no tecido empresarial**, em torno dos fatores críticos de competitividade: **economia digital, inovação e investimento**.

Pretende desenvolver uma plataforma para facilitar o desenvolvimento de negócio nas PME portuguesas, uma rede nacional de colaboração para acelerar a identificação de parceiros para a promoção de atividades de inovação, para apoiar a inserção das PME na economia digital e captar investimento.

O projeto AEP Link (POCI-02-0853-FEDER-036026) é promovido pela AEP – Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria, com o apoio da Crédito y Caución, Iberinform e Konica Minolta e é cofinanciado pelo Compete 2020, através do Portugal 2020, no montante de 540.413,49€, dos quais 459.351,47€ pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).



Índice

1. A ECONOMIA PORTUGUESA ATÉ À CRISE DO COVID-19	5
1.1. Perspetiva nacional	6
1.2. Perspetiva regional	11
2. O IMPACTO ECONÓMICO DURANTE A CRISE DO COVID-19	16
2.1. Retrato da crise	17
2.2. Impactos	18
2.3. Resposta à crise	20
3. PROSPETIVA DA ECONOMIA NA ERA DO PÓS COVID-19	23
3.1. Cenário de futuro	24
3.2 Resposta & recuperação	25
3.3. Tendências	26
3.4. Transição para a nova era	27





Estónia

Os principais indicadores macroeconómicos mostram uma evolução positiva recente da economia portuguesa, em especial a evolução do PIB e do comércio externo de bens e serviços. Apesar desta evolução positiva, o crescimento do PIB e a evolução do seu contributo para a economia da UE27, ainda continuam aquém do desejável.

Portugal tem registado um crescimento do PIB desde 2013, embora revele um desempenho abaixo da UE27 e de países como a Estónia e os Países Baixos. Este crescimento tem sido em grande medida ocasionado pela melhoria do saldo externo, conjugada pelo crescimento significativo das exportações de bens e serviços (acima da média da UE27), com o crescimento minuto das respetivas importações (abaixo da média da UE27).





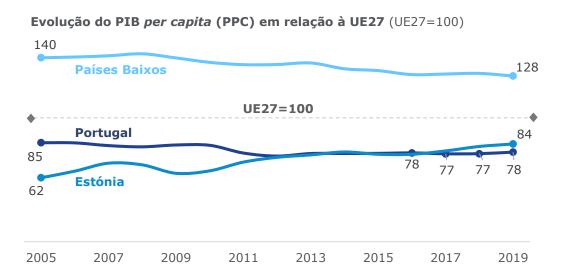
Estónia

Não obstante esta evolução positiva, Portugal perdeu peso no contributo para o **produto da UE27** em 2019. Tal significa que o crescimento recente do PIB não terá sido suficiente para acompanhar a dinâmica de crescimento da economia europeia, bem como para assegurar uma convergência positiva.

Estónia

^{*} Os países da UE27 com maior peso, Alemanha, França, Itália, Espanha e Polónia, não se encontram representados para facilitar a leitura Fonte: Eurostat © 2020

O PIB per capita e a produtividade também mostram que a evolução recente ainda continua aquém do desejável na medida que evidenciam um processo de convergência lento de Portugal com a média da UE27, continuando a refletir alguns dos problemas estruturais da economia.



PIB per capita tem vindo a diminuir ...

O PIB *per capita* português em Paridade do Poder de Compra (PPC) em relação à média da UE27 tem vindo a diminuir no passado recente (2016-2018), tendo registado um ligeiro crescimento no ano de 2019.

Posicionamento na UE27 ...

Portugal é atualmente o 9º país com o PIB *per capita* (PPC) mais baixo da UE27, estando apenas à frente de países como a Bulgária, Croácia e Grécia (*bottom performers*), tendo sido já ultrapassado pela Estónia que em 2013 tinha níveis semelhantes aos de Portugal.

Valor mais elevado da história ...

O valor mais elevado deste indicador de que há registo foi de 85,3, atingido no ano de 2000.

Problemas estruturais ...

Este indicador está associado a um dos problemas estruturais da economia portuguesa, nunca se tendo aproximando da média da UE27, comprometendo o processo de convergência da economia portuguesa.

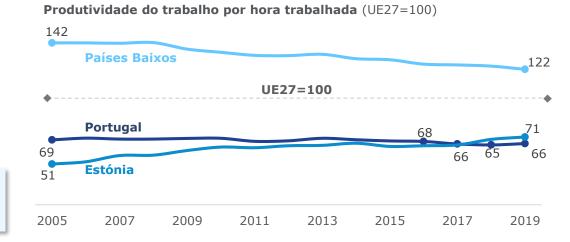
Posicionamento na UE27 ...

Portugal tem o 6º valor mais baixo da UE27 na produtividade do trabalho por hora, apresentando um valor do índice de 66 em 2019, contrastando com, por exemplo, a Irlanda que é a *best performer*, tendo apresentado um índice de 177 nesse ano.

Produtividade nas últimas décadas ...

Nas últimas décadas a produtividade do trabalho em Portugal tem-se mantido relativamente estável, situando-se no intervalo do índice entre 65 e 70, tendo vindo a piorar sucessivamente desde 2015.

O crescimento da economia portuguesa e a sua convergência com a média da UE27 tem de ser sustentado na melhoria da competitividade das empresas nomeadamente no que diz respeito aos níveis de produtividade.

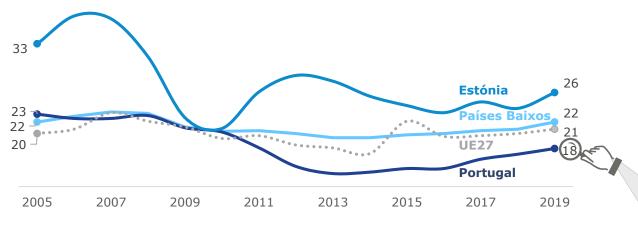


Fonte: Eurostat

© 2020

No que respeita ao investimento, Portugal tem registado uma queda acentuada na FBCF e apresenta dos níveis mais baixos da UE27 do rácio de FBCF no PIB. A habitação e outros edifícios e estruturas são o principal objeto de investimento em Portugal, representando atualmente cerca de ½ da FBCF total.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em % do PIB



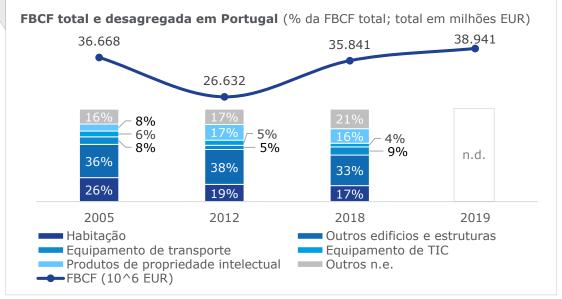
Habitação e a construção de outros edifícios e estruturas acolhem cerca de 50% da FBCF em Portugal

- > A grande parte da FBCF realizada em Portugal está ligada à habitação e à construção de edifícios e outras estruturas, embora tenham perdido peso em 2018 (17% e 33% da FBCF total, respetivamente).
- > A FBCF ligada à aquisição de equipamentos de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), bem como os produtos de propriedade intelectual têm um peso minuto, de apenas 4% e 16% respetivamente, em 2018.

De modo a fomentar o investimento, é necessário criar um ambiente propício ao investimento produtivo com uma clara aposta na inovação e tecnologia.

Portugal é o 5º país da UE27 com valores mais baixos de FBCF no PIB, apesar do ligeiro aumento registado em 2018 e 2019

- > Em 2000 os valores da Estónia e de Portugal eram semelhantes, no entanto o esforço de investimento da Estónia conduziu-a para níveis superiores aos da média da UE27.
- > Pelo contrário, em Portugal o peso da FBCF no PIB tem-se situado abaixo da média da UE27. No caso da Holanda, o peso da FBCF acompanhou a média da UE27 e apresenta um comportamento com menos flutuações que a Estónia e Portugal.

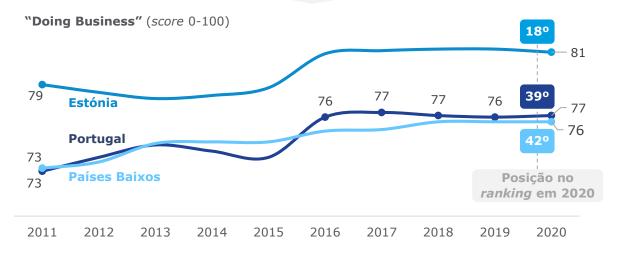


Fonte: Eurostat

Este comportamento do investimento, para além dos baixos níveis de PIB *per capita* e de produtividade, também reflete um ambiente de negócios pouco atrativo devido em grande medida ao acesso ao crédito e ao contexto normativo que influencia negativamente a proteção dos investidores, a execução de contratos e o licenciamento para construção.

FACILIDADE DE NEGÓCIOS

- > Segundo o World Bank, Portugal tem estagnado o seu nível de facilidade de fazer negócio desde 2016, apresentando-se em 2020 na 39º posição do ranking (em 190 economias analisadas).
- Portugal e Estónia apresentam comportamentos paralelos, embora a Estónia apresente um ambiente de negócios muito mais facilitador que Portugal, o que se reflete claramente nos níveis elevados de investimento da economia estónia (que é inclusive mais elevado que nos Países Baixos).



CONSTRANGIMENTOS À REALIZAÇÃO DE NEGÓCIOS EM PORTUGAL

Obtenção de crédito

Score: 45 (0-100) | Ranking: 119/190

- Portugal aparece mal classificado no que respeita aos direitos dos mutuários e credores, bem como na proteção dos credores em caso de falência (índice de 2 em Portugal versus 6,1 na média da OCDE)
- O nível de cobertura de intermediários de crédito é bastante baixa, de 7,9% da população adulta

Proteção de investidores minoritários

Score: 62 (0-100) | Ranking: 61/190

- > Baixo nível de direitos dos acionistas, quando comparado com a OCDE, sobretudo ao nível do seu papel nas principais decisões das empresas
- > Também as salvaguardas que protegem os investidores do controlo inapropriado do *board* das empresas são insuficientes em Portugal

Execução de contratos

Score: 67,9 (0-100) | Ranking: 38/190

> O principal constrangimento na execução de contratos em Portugal prende-se com o tempo médio necessário para a execução, de 755 dias, muito superior à média da OCDE de 590 dias

Licenças de construção

Score: 73,2 (0-100) | Ranking: 60/190

- > Em Portugal são requeridos em média 14 procedimentos para construir um armazém, superior à media da OCDE de 12,7
- > São necessários em média 160 dias para concluir cada procedimento

Fontes: World Bank

© 2020

Portugal apresenta um desempenho negativo em alguns dos indicadores analisados, ligados ao três fatores críticos de competitividade -Economia Digital, Inovação e Investimento. O comércio eletrónico, a colaboração para a inovação e o investimento em capital de risco, são exemplos de alguns dos indicadores que se destacam negativamente.





ECONOMIA DIGITAL

Baixos níveis de adoção digital das PME portuguesas

Em 2019, apenas 59% das empresas portuguesas tinham website, enquanto que na UE27 o valor é de 77%. Se nos focarmos nas pequenas empresas, a discrepância ainda é maior, 53% das pequenas empresas portuguesas têm website ao passo que na UE27 é 74%1.

Baixa penetração do comércio eletrónico em Portugal

A percentagem de PME portuguesas que fez vendas online em 2019 foi de 16%, valor inferior à média dos países da UE27 $(17\%)^1$.

Baixa utilização de CRM

17% das empresas portuguesas usava software de CRM, de análise de clientes e para fins de marketing, o que compara com a média da UE27 de 19%, em 2019¹.

INOVAÇÃO

Baixo nível de produção de patentes

Embora o índice de inovação para Portugal, em 2019, de 105, esteja ligeiramente abaixo da média da UE, ainda existe baixo nível de produção de patentes. A comparação do índice relativo aos pedidos de patentes evidencia uma diferenca maior entre Portugal e a UE, 46 versus 93, respetivamente, em 2019².

Reduzido impacto da inovação nas vendas das empresas portuguesas

A análise do índice de impacto da inovação nas vendas, na economia portuguesa, mostra que a inovação gera pouco valor nas vendas quando comparado com a UE27 (55 versus 99, respetivamente)².

Insuficiente investimento e cooperação em I&D nas empresas nacionais

As empresas portuguesas continuam a investir pouco em I&D, tendo apresentado um índice de 53 em 2019, que compara com 115 da média da UE². Por outro lado, Portugal é um dos países onde as empresas menos cooperam para a inovação, classificando-se em 16º lugar no ranking dos países da UE27 no que diz respeito à cooperação para a inovação².

INVESTIMENTO

Portugal apresenta um peso da FBCF no PIB abaixo da média da UE27

Em 2019, a FBCF em percentagem do PIB em Portugal foi de 18,3%, valor inferior à média dos países da UE27, que foi de 22,0%1.

Investimento de *Venture Capital* em Portugal chega a poucas empresas

Em 2017, por cada 1.000 empresas criadas em Portugal, apenas 1,5 receberam investimentos de Venture Capital, um número muito reduzido quando comparado com outros países da Europa - Bélgica (16,6); Finlândia (10,7); Suécia (9,2)3.

Acesso difícil ao crédito

Portugal aparece na posição 119 do ranking de 190 países, segundo o indicador de acesso ao crédito do World Bank, sendo uma das principais barreiras à realização de negócios no nosso país⁴.

Do ponto de vista regional, a Área Metropolitana de Lisboa apresenta um PIB *per capita* acima da média nacional, registando-se positivamente a evolução da região do Algarve que em 2018 já apresentou também um nível acima do PIB *per capita* nacional. A evolução deste indicador foi positiva em todas as regiões de Portugal Continental, embora continue abaixo da média da UE27.

Nível de PIB per capita das regiões

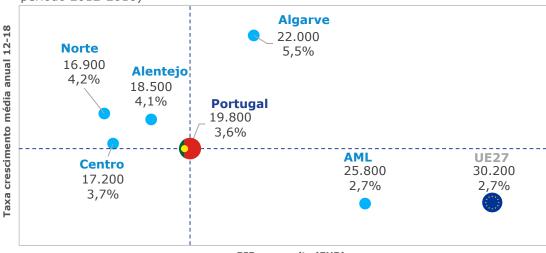
- A Área Metropolitana de Lisboa (AML) é a região de Portugal Continental que apresenta o PIB per capita mais elevado, de 25.800€, embora abaixo da média da UE27 que se cifrou em 30.200€, em 2018
- As regiões Norte, Centro e Alentejo são as que apresentam os níveis mais baixos deste indicador, em 2018, de 16.900€, 17.200€ e de 18.500€, respetivamente. Estas regiões são consideradas as regiões de convergência de Portugal Continental e encontram-se detalhadas adiante

Dinâmica de crescimento do PIB per capita regional

- > O crescimento do PIB *per capita* da AML, no período entre 2012 e 2018, acompanhou o ritmo de crescimento da média da UE27, de 2,7%
- > Todas as restantes regiões de Portugal Continental apresentaram ritmos de crescimento superiores, nomeadamente o Algarve que neste período apresenta a taxa média de crescimento anual mais elevada, de 5,5%

Convergência do PIB per capita regional

No período entre 2012-2018, a evolução do PIB per capita revela um estancamento do processo de convergência das regiões nacionais com a UE27, à exceção da região do Algarve **PIB** *per capita* (EUR por habitante em 2018 e taxa média de crescimento anual no período 2012-2018)

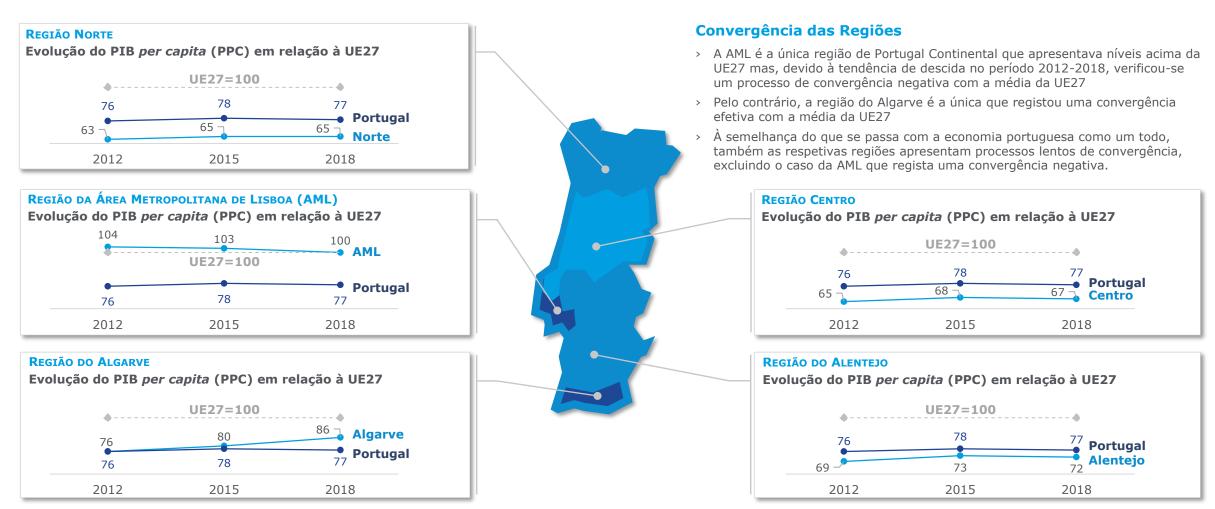


PIB per capita (EUR)

Continua a existir uma **disparidade do PIB** *per capita* das regiões de Portugal Continental que, apesar da **dinâmica positiva** de crescimento, continuam a apresentar valores inferiores aos da média da UE27. Sobretudo as regiões ditas de convergência carecem de políticas eficazes que promovam o seu **fomento económico**, para acelerar a sua convergência.

Fontes: Eurostat

A região do Algarve revela um processo de convergência assinalável, já a região da Área Metropolitana de Lisboa (AML), em sentido oposto, revela uma convergência negativa face à média da UE27, no período entre 2012 e 2018. As restantes regiões de Portugal Continental apresentam no geral uma estagnação da convergência neste período, apesar do crescimento do seu *PIB per capita*.



Fontes: Eurostat

© 2020

KEY FACTS —

A Economia Portuguesa até à crise do COVID-19 | Perspetiva regional

A Região Norte apresenta um PIB per capita 15% abaixo do PIB per capita de Portugal Continental e um salário médio mensal 9% inferior ao valor médio mensal da economia portuguesa.

A Região Norte é definida conforme as NUTS II, compreendendo o Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás-os-Montes.

Nesta região existem 431.048 empresas, correspondendo a 34% do número total de empresas (não financeiras) em Portugal¹.



O **PIB** *per capita* na Região Norte é de 16.900€. A média de Portugal Continental é 19.800€²



A percentagem do PIB per capita (PPS) da Região Norte na **média da UE27** é de 65 (UE27=100)²



O **salário médio mensal** da Região Norte é de $1.057 \in$, valor que está abaixo da média de Portugal Continental $(1.170 \in)^3$



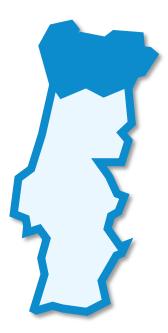
A Região Norte tem um **índice de envelhecimento** de 163, um valor ligeiramente inferior à média de Portugal Continental (164)³



15,8% das empresas da Região Norte têm um parceiro de **cooperação para a inovação**. Este valor é inferior à média nacional (18,3%)⁴



63,2% das empresas da Região Norte têm **atividades de inovação**, valor inferior à média nacional de 66,8%⁴.



KEY FACTS

A Economia Portuguesa até à crise do COVID-19 | Perspetiva regional

A Região Centro apresenta um PIB per capita 13% abaixo do PIB per capita de Portugal Continental e um salário médio mensal 11% inferior ao valor médio mensal da economia portuguesa.

A Região Centro é definida conforme as NUTS II, compreendendo a Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões, Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa, Oeste e Médio Tejo.

Nesta região existem 264.492 empresas, correspondendo a 21% do número total de empresas (não financeiras) em Portugal¹.



O **PIB** *per capita* na Região Centro é de 17.200€. A média de Portugal continental é 19.800€²



A percentagem do PIB per capita (PPS) da Região Centro na média da UE27 é de 67 (UE27=100) ²



O **salário médio mensal** da Região Centro é de $1.033 \in$, valor que está muito abaixo da média de Portugal continental $(1.170 \in)^3$



A Região Centro tem um **índice de envelhecimento** de 201, valor que demonstra uma população envelhecida face à média de Portugal continental (164)³



20,9% das empresas da Região Centro têm um parceiro de **cooperação para a inovação**, valor que é inferior, por exemplo, à AML (21,9%)⁴



70,7% das empresas da Região Centro têm **atividades de inovação**. Este valor é inferior, por exemplo, à AML que regista uma percentagem de 71,4%⁴.



KEY FACTS

A Economia Portuguesa até à crise do COVID-19 | Perspetiva regional

A Região do Alentejo apresenta um PIB per capita 7% abaixo do PIB per capita de Portugal Continental e um salário médio mensal 10% inferior ao valor médio mensal da economia portuguesa.

A Região do Alentejo é definida conforme as NUTS II, compreendendo o Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo. Nesta região existem **86.098 empresas** correspondendo a **7% do número total de empresas** (não financeiras) em Portugal¹.



O **PIB** *per capita* na Região do Alentejo é de 18.500€. A média de Portugal continental é 19.800€²



A percentagem do PIB per capita (PPS) da Região do Alentejo na média da UE27 é de 72 (UE27=100) ²



O **salário médio mensal** no Alentejo é de 1.051 \in , valor que está abaixo da média de Portugal continental (1.170 \in)³



O Alentejo tem o maior **índice de envelhecimento** do país, com 205 idosos por cada 100 jovens³



18,2% das empresas do Alentejo têm um parceiro de **cooperação para a inovação**, valor inferior à média nacional (18,3%)⁴



61,8% das empresas do Alentejo têm **atividades de inovação**. Este valor é inferior à média nacional de 66,8%⁴.





O impacto económico durante a crise do COVID-19 | Retrato da crise

A crise do COVID-19 é uma crise sem precedentes que está a causar impactos negativos muito significativos um pouco por todo o mundo. Desde 2 de março, dia em que foi registado o primeiro caso de infeção em Portugal, que o nosso país começou a testemunhar a crise do COVID-19, levando à declaração do Estado de Emergência que forçou ao abrandamento e em muitos casos à paragem da atividade das empresas no país.

Breve retrato de uma crise sem precedentes

UMA CRISE À ESCALA GLOBAL

Infetados + 12 Milhões

Mais de 12 milhões de **casos confirmados** de infeção

Mortes + 0,5 Milhão

Mais de meio milhão de **mortes causadas** pela infeção

Países 216

216 países/territórios com casos confirmados

PIB -5,2%

Previsão **da contração do PIB mundial** de -5,2%, em 2020

Comércio mundial -11,9%

Previsão de contração de -11,9% no volume de comércio mundial



É encerrado o mercado de Wuhan, China, onde **terá começado o surto**



O vírus **chega à Europa** com França a registar os 1ºs casos



A OMS declara o **estado de emergência global**



Foi identificado o 1º caso em Portugal



É declarado o **Estado de Emergência em Portugal**



UMA CRISE EM PORTUGAL

Infetados + **45.000**

Mais de 45.000 **casos confirmados** de infeção

Mortes + 1.600

Mais de 1.600 **mortes** causadas pela infeção

Incidência +21.500

A Região de Lisboa e Vale do Tejo é a que regista maior número de casos, mais de 21.500

PIB -9,5%

Previsão **da contração do PIB português** de -9,5%, em 2020

Exportações -25,3%

Previsão de queda de -25,3% nas **exportações de bens e serviços**

O impacto económico durante a crise do COVID-19 | Impactos

A atual crise gerada pela COVID-19 está a gerar impactos significativos na economia portuguesa, interrompendo assim o crescimento económico dos últimos anos. Os principais indicadores macroeconómicos já apontam para quedas homólogas significativas no 1º trimestre de 2020.

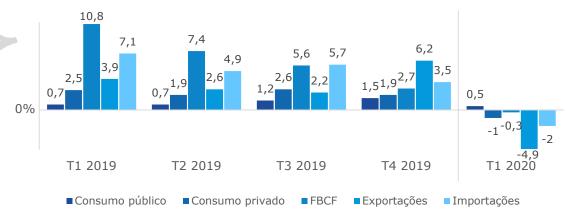
Os **primeiros impactos da crise do COVID-19** já se fazem sentir nas economias, como mostram as estimativas do PIB para o primeiro trimestre de 2020. O **PIB português** deverá ter caído neste trimestre na ordem dos -2,3%, em termos homólogos. Já a economia da **Área Euro** deverá ter sofrido uma queda homóloga mais acentuada que a registada em Portugal, de -3,1%, no 1º trimestre de 2020.

A análise das **principais componentes do PIB**, revela que a crise do COVID-19, no primeiro trimestre de 2020, deverá ter gerado mais impactos no comércio externo. Neste período as **exportações** terão caído -4,9% e as **importações** -2,0%, em termos homólogos. Para além do comércio externo, também o **consumo privado** terá sido fortemente atingido, apresentado uma queda de -1,0%, em termos homólogos.





Componentes do PIB trimestral a preços de mercado, em Portugal (tvh, %)



Estas estimativas para o 1º trimestre de 2020 são particularmente preocupantes na medida que o principal motor de crescimento da economia tem sido o **comércio externo** que agora está a ser **fortemente impactado**. Por outro lado, também é preocupante a **queda no consumo privado**, que irá causar uma pressão adicional visto que este representa mais de 60% do PIB.

O impacto económico durante a crise do COVID-19 | Impactos

Estas estimativas para a economia portuguesa refletem-se na operação das empresas. A grande maioria das empresas sofreram quedas do seu volume de negócios e os setores do alojamento e restauração e dos transportes e armazenagem são os que revelam terem sido mais impactados pela crise do COVID-19

IMPACTO NAS EMPRESAS

EMPRESAS MAIS ATINGIDAS

73%

Percentagem de empresas que sofreram uma redução do volume de negócios. Destas, quase 31% tiveram quedas superiores a 50%

21%

Percentagem de empresas não sofreram o impacto da pandemia no volume de negócios

Alojamento e restauração

90% tiveram queda de volume de negócios, das quais 59% tiveram perdas superiores a 75%



Transportes e armazenagem

81% tiveram perdas no volume de negócios

45%

Percentagem de empresas consideram que assumem um impacto negativo da crise no pessoal ao serviço, ao passo que 51% afirmaram que não houve impacto no pessoal

17%

Percentagem das empresas que reportaram a redução no número de funcionários efetivamente a trabalhar, sendo que os principais motivos identificados pelas empresas para esta redução foram os dias de faltas por doença ou para apoio à família (48% das empresas) e o recurso ao layoff (40% das empresas)

26%

Percentagem de empresas que despediram ou pretendem despedir

53%

Percentagem de empresas que tinham pessoas em teletrabalho na última quinzena de maio



Alojamento e restauração

20 72% das empresas reduziram o número de pessoal ao serviço, das quais 41% reportaram diminuições superiores a 75%



Informática e comunicações

Foram as empresas que mais reportaram pessoas ao serviço em teletrabalho, 81% das empresas deste setor



Transportes e armazenagem

64% das empresas deste setor recorreram à existência de pessoal com presença alternada nas instalações da empresa, sendo o setor que mais recorreu a esta prática



Percentagem dos empresários que tencionam apresentar a empresa a processos de recuperação e 6% preveem avançar para a insolvência da empresa



Alojamento e restauração

São as empresas que mais pretendem recorrer ao PEVE (25,0%)



Transportes e armazenagem

É neste setor que se encontra maior proporção de empresas que admitem avançar para a insolvência, 15,9% das inquiridas

O impacto económico durante a crise do COVID-19 | Resposta à crise

Em face destes desafios e dos impactos na atividade das empresas, a Comissão Europeia atribuiu um pacote financeiro para apoiar as empresas, e as autoridades nacionais têm respondido com medidas tendentes fundamentalmente a assegurar a tesouraria das empresas e os postos de trabalho.



Medida excecional e temporária de proteção de postos de trabalho que simplifica a redução temporária dos períodos normais de trabalho ou suspensão dos contratos de trabalho efetuada por iniciativa das empresas, durante um determinado tempo, em resposta à crise da pandemia do COVID-19.

Estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

LINHAS DE CRÉDITO

PRINCIPAIS

DAS

ALGUMAS

© 2020

Linhas de crédito destinadas a apoiar a tesouraria das empresas atingidas pela crise:

- > LC para agências de viagem, anim. turística, org. de eventos e similares 200M€
- > LC para ind. têxtil, vestuário, calçado, ind. Extrativas e madeira 1.300M€
- > LC para microempresas do setor turístico 60M€
- > LC para setor da restauração e similares 600M€
- > LC para empresas de turismo 900M€



Programa com vários pacotes de medidas distribuídas por 4 eixos que visa dar resposta à fase de estabilização económica e social, depois de passada a fase de emergência e para transitar para a fase de recuperação para uma realidade pós-COVID

Eixo Eixo Social Emprego Eixo Emprego Eixo Institucional



Foi aprovado um **pacote de 15 mil milhões EUR pela Comissão Europeia para Portugal**, que se destina às empresas através de subvenções diretas e de empréstimos com garantias do Estado.

De acordo com a OCDE, as **principais medidas de Portugal incluem**:

- > 1,0 milhões EUR por mês 0,5% do PIB em apoio financeiro para aqueles temporariamente dispensados pelo empregador
- **3,7 mil milhões EUR** 3,2% do PIB de linhas de crédito garantidas pelo estado para médias, pequenas e micro empresas dos setores afetados, operadas pelo sistema bancário (inicialmente 3 mil milhões EUR)
- > 6,2 mil milhões EUR 3,2% do PIB de diferimentos de contribuições fiscais e contributivas (dentro de um ano) para empresas e funcionários.

O impacto económico durante a crise do COVID-19 | Resposta à crise

Uma grande parte das empresas evidenciam que não beneficiaram nem planeiam vir a beneficiar das principais medidas de resposta à crise, o que limita a eficácia das mesmas. Por outro lado, as micro empresas deverão ser as que menos aderiram às medidas, à exceção da suspensão do pagamento que é uma das medidas que acolheram menos adesão pelas grandes empresas.

Percentagem de empresas inquiridas pelo BdP/INE

	Já beneficiou ou planeia beneficiar	Não beneficiou nem planeia beneficiar	Dimensão das empresas que <u>mais</u> beneficiaram	Dimensão das empresas que <u>menos</u> beneficiaram
Moratória Moratória ao pagamento de juros e capital de créditos já existentes	25,7%	49,5%	Médias empresas 20,0%	Micro empresas 8,2%
Bonificação e garantias Acesso a novos créditos com juros bonificados ou garantias do Estado	29,1%	45,3%	Médias empresas 11,9%	Micro empresas 3,1%
Suspensão do pagamento Suspensão do pagamento de obrigações fiscais e contributivas	33,7%	44,1%	Pequenas empresas 20,7%	Grandes empresas 12,3%

ADESÃO PELAS EMPRESAS ÀS PRINCIPAIS MEDIDAS

Das medidas analisadas, esta é que parece acolher **menor adesão**, apenas 25,7% beneficiou ou planeia beneficiar, e quase ½ das empresas em Portugal revelaram que não planeiam beneficiar.

29,1% das empresas inquiridas afirmam ter beneficiado ou planeia beneficiar desta medida de **bonificação e garantias**, ao passo que 45,3% não beneficiou nem planeia vir a beneficiar.

Foi esta a medida que **mais beneficiou as empresas**, 33,7% das empresas, particularmente junto das pequenas empresas. As grandes empresas foram as que revelaram menos interesse nesta medida, apenas 12,3% beneficiaram.



© 2020

As empresas do **setor do alojamento e da restauração** é o setor que mais beneficiaram e que planeiam vir a beneficiar das medidas do Governo de resposta à crise, avaliadas no inquérito do BdP/INE. Considerando o **perfil exportador**, as medidas que beneficiaram ou que poderão vir a beneficiar maior número de empresas exportadoras são as **medidas da moratória e a bonificação e garantias em créditos novos**.

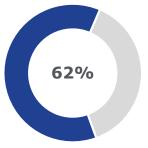
Fontes: Banco de Portugal e INE

O impacto económico durante a crise do COVID-19 | Resposta à crise

A grande maioria das empresas considera que os programas de apoio do Estado em face desta crise estão aquém do que é necessário e metade considera que os apoios da UE para a retoma económica são razoavelmente adequados. Mais de metade das empresas defendem a prorrogação do diferimento do pagamento de contribuições e obrigações fiscais e 75% defende o retorno do banco de horas individual.

A maioria das empresas, 62%, considera que os programas do Estado estão aquém do que é necessário, e apenas **20%** considera que estão à altura das **dificuldades das empresas**.

Apesar de 82% defenderem o *layoff*, 65% das empresas não pediu nem pensa vir a recorrer a este instrumento, e ¼ afirma que já recorreu.



62% das empresas considera que os programas de apoio do Estado português para as empresas estão aquém do que é preciso

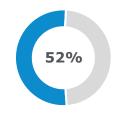


© 2020

½ das empresas considera que os **apoios da União Europeia para a retoma económica** são razoavelmente adequados

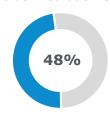
MEDIDAS FISCAIS

Contribuições para a SS e obrigações fiscais



52% das empresas defendem a prorrogação do diferimento do pagamento das contribuições para a SS e obrigações fiscais

Outras medidas fiscais



48% das empresas concorda com as novas medidas de limitações dos pagamentos por conta, de desconsideração do agravamento das tributações autónomas e de alteração dos prazos de reporte dos prejuízos fiscais

MEDIDAS LABORAIS

Banco de horas individual



75% das empresas exigem o retorno do banco de horas individual negociado nas empresas

Layoff



81% das empresas, defende o *layoff* e destas, 77% preferem a continuidade do *layoff* **simplificado** e as restantes 23% preferem o *layoff* de acordo com as novas regras do PEES



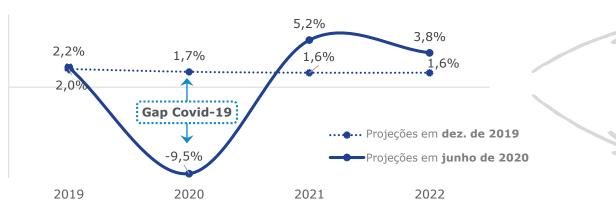
Prospetiva da economia na era do pós COVID-19 | Cenário de futuro

Em face da crise do COVID-19, as projeções dos principais indicadores económicos foram revistas em baixa, apontando para uma contração significativa da economia portuguesa, à qual se deverá seguir a fase de retoma da economia a partir de 2021. Esta fase de retoma deve ser norteada pela redução do *gap* gerado pela COVID-19 que interrompeu a trajetória de crescimento da economia portuguesa.

As projeções mais recentes do Banco de Portugal apontam para uma **queda do PIB de -9,5%, em 2020**, refletindo o impacto da pandemia e o elevado nível de incerteza que paira nesta crise. Esta queda não tem precedentes históricos na economia portuguesa.

Perspetivando-se uma **redução gradual das medidas de contenção** e a **recuperação económica**, as projeções atuais apontam para um **crescimento de +5,2% em 2021**, muito superior às projeções de dezembro de 2019 que apontavam para um crescimento de apenas 1,6%.

Projeções para o PIB nacional para 2019-2020 (tva - taxa de variação anual, %)



Apesar da contração económica sem precedentes gerada pela crise do COVID-19, esta também deverá ser constituir uma **oportunidade** para aumentar os **níveis de crescimento** nos próximos anos, se a **fase de recuperação for adequadamente alavancada**.

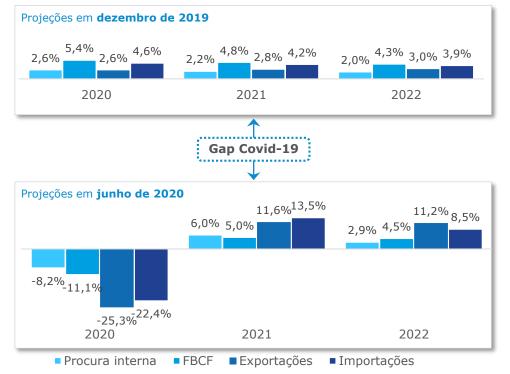
Fontes: Banco de Portugal

© 2020

A contração da atividade económica em 2020 deverá ser fortemente impulsionada pela **queda das exportações e do investimento**.

Para o ano de 2021 perspetiva-se que o choque sobre as principais componentes tenha sido ultrapassado e que se retomem níveis de crescimento assinaláveis, nomeadamente no que respeita ao **comércio externo**.

Projeções para as componentes do PIB nacional para 2019-2020 (tva, %)



Prospetiva da economia na era do pós COVID-19 | Resposta & recuperação

Estas projeções refletem a passagem da fase de resposta à crise, à fase de recuperação dos negócios. Nesta fase de recuperação num novo "normal", as empresas deverão orientar-se para o mercado com uma visão estratégica, aproveitando as novas oportunidades para acelerar a fase de recuperação e corrigir o gap gerado pela COVID-19.



© 2020 O Futuro da Economia Portuguesa

25

Prospetiva da economia na era do pós COVID-19 | Tendências

O novo "normal" traz um conjunto de novas tendências evidentes que estão a emergir e que irão condicionar a retoma da atividade económica. Tendências essas nas quais as empresas devem identificar as oportunidades que permitam à economia corrigir o *gap* COVID-19 e retomar o ambiente económico pré-crise.

	Tendências —			
	COMPORTAMENTO DOS CONSUMIDORES	Redução da procura em setores tradicionais como a restauração, ginásios e atividades de lazer em geral		
		Aumento dos níveis de requisitos de segurança e higiene, nomeadamente em atividades e produtos ligados aos segmentos business to consumer		
		Aumento da preferência e da intensidade do <i>e-commerce</i> e do <i>online service delivery</i>		
	Relações Laborais & Empresariais	Redução das necessidades de existência de espaços físicos sobretudo para as empresas ligadas aos serviços		
		Aumento do trabalho remoto e aumento das relações virtualizadas com os <i>stakeholders</i>		
ATTA		Maior valorização e adoção de tecnologias na prestação do trabalho		
		Maior flexibilidade nas relações laborais, e.g. trabalho a tempo parcial, maior dinamização do banco de horas individuais das empresas		
	MOBILIDADE DE PESSOAS	Aumento do isolamento social face aos níveis pré-COVID-19, com impacto nas preferências de consumo em geral		
		Redução dos fluxos de pessoas ao nível internacional, quer em contexto de lazer, quer em contexto profissional		
		Redução dos movimentos pendulares e da utilização dos transportes públicos		
SEGU	HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	Aumento do investimento em EPI (equipamento de proteção individual) e em proteção da saúde dos trabalhadores		
		Aumento do preocupação e monitorização da segurança e saúde dos trabalhadores, e.g. através de App e de registos médicos		
		Aumento dos custos inerentes ao reforço da higiene, desinfeção e limpeza de instalações físicas		

Prospetiva da economia na era do pós COVID-19 | Transição para a nova era

A mitigação dos impactos da crise, do *gap* COVID-19 e a alavancagem de algumas tendências já evidentes, deverá ser consistente com a definição de uma nova visão de futuro para o país, atuando nos três fatores críticos de competitividade: economia digital, inovação e investimento.

Tendo em conta os impactos, o gap COVID-19 e um conjunto de tendências, que visão de futuro queremos para o nosso país?



Como mitigar os
impactos da crise e o
gap COVID-19 e como
aproveitar as
tendências para
construir a visão de
futuro para o país?

VISÃO DE FUTURO

Tornar Portugal o país de referência na Europa pelos seus níveis de inovação, de produtividade e de competitividade, assente nos três fatores críticos deste projeto AEP Link

FATORES CRÍTICOS DE COMPETITIVIDADE ECONOMIA DIGITAL INOVAÇÃO **INVESTIMENTO**

Prospetiva da economia na era do pós COVID-19 | Transição para a nova era

Para alavancar e acelerar a fase de recuperação e para que Portugal retome a trajetória de crescimento económico rapidamente, de seguida apresentam-se algumas propostas para cada um dos fatores críticos de competitividade, orientadas de acordo com a visão de futuro.





ECONOMIA DIGITAL

Apostar na atualização do catálogo nacional de qualificações

Assegurar uma maior convergência entre as qualificações das pessoas e as competências exigidas pelas empresas, com vista ao foco nas tecnologias associadas à revolução tecnológica em curso

Incentivar a requalificação de ativos direcionando-os para a economia digital

Criação de incentivos para a requalificação da população ativa de faixas etárias mais elevadas que promovam o desenvolvimento e melhoria das suas competências digitais

Criar um choque fiscal tecnológico

Implementação de um choque fiscal tecnológico que incentive as empresas a integrar recursos humanos com competências digitais, mas também para as empresas que apostem em tecnologia

INOVAÇÃO

Majorar os apoios comunitários para qualificação, tecnologia e inovação

Promoção de uma majoração positiva nos apoios comunitários para a qualificação dos recursos humanos e para projetos de tecnologia e inovação

Promover a inovação empresarial

Promoção de medidas de incentivo à inovação empresarial, com o reforço do SIFIDE e um maior intercâmbio de pessoas qualificadas entre o Sistema Científico e Tecnológico e o meio empresarial

Promover a transferência de conhecimento e a inserção de doutorados nas empresas

Promoção da criação de projetos doutorais conjuntos entre empresas e IES, de forma a estimular a absorção de doutorados pelo tecido empresarial, com vista a melhorar a produtividade e a inovação das empresas

INVESTIMENTO

Dinamizar os instrumentos públicos de financiamento para promover o investimento

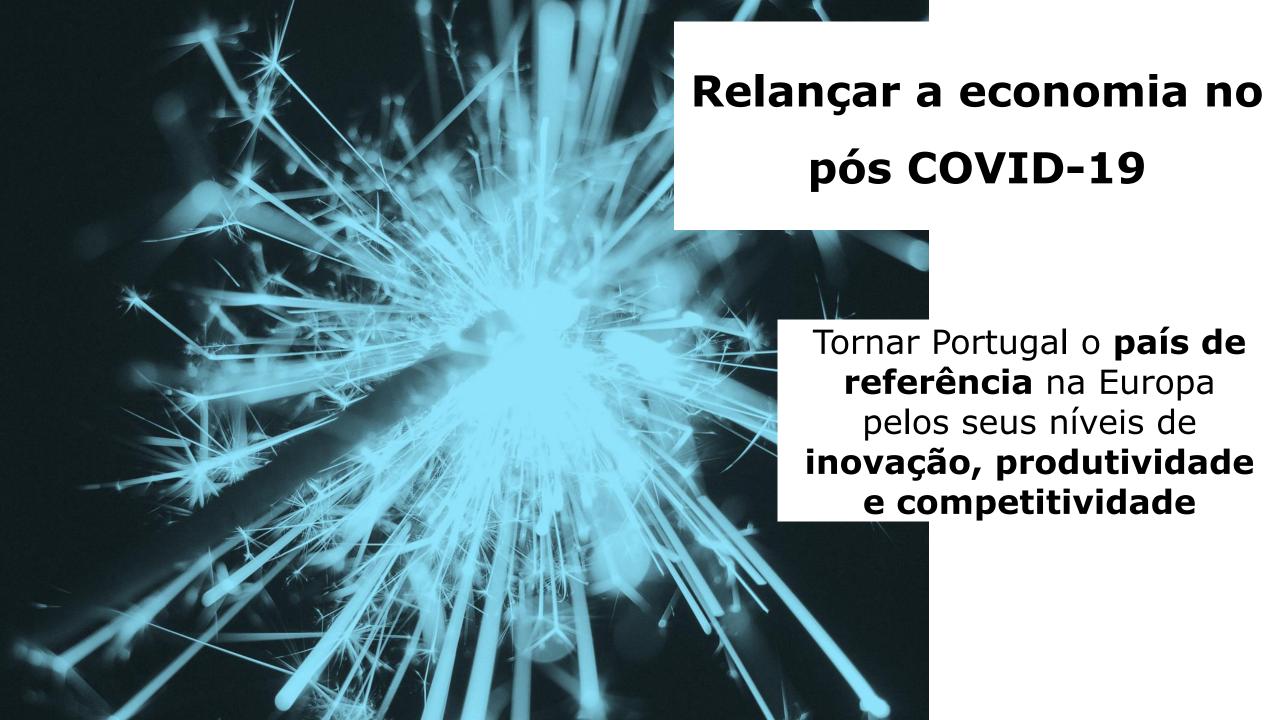
Promoção da facilidade de financiamento dinamizando os diferentes instrumentos, desde o alargamento dos instrumentos previstos no quadro comunitário, passando pelo *private equity* e pelo *growth capital*

Reforçar o benefícios do reinvestimento

Reforço do regime de dedução por lucros distribuídos e reinvestidos do Código Fiscal ao Investimento

Aumentar o investimento público

Reforço do investimento público em áreas prioritárias para o futuro da economia portuguesa, nomeadamente na educação, saúde e transportes (aeroportuário, ferroviário e portuário), com o apoio do atual e futuro quadro financeiro plurianual







Promovido por:

Apoio de:









Cofinanciado por:





